



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 043/2020, DE 30 DE JULHO DE 2020.

Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POÇO DAS ANTAS, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, encaminha e propõe ao Órgão Legislativo o seguinte:

PROJETO DE LEI

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 77, § 2º, da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2021, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

- I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:
 - a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
 - b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2019;
 - c) das metas fiscais previstas para 2021, 2022 e 2023, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2018, 2019 e 2020;
 - d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;

f) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando os detalhamentos dos Programas e Ações com execução prevista para o exercício financeiro de 2021, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO II - DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário consolidado, de R\$ 184.528,14 (cento e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e catorze centavos), conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas.

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Durante o exercício de 2021, a meta de resultado primário poderá ser revisada em decorrência da frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou em decorrência da instabilidade do cenário econômico e fiscal devido aos reflexos do enfrentamento da Pandemia denominada COVID-19.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

§ 5º Nas hipóteses de atualização ou redução da meta de resultado primário, nas hipóteses estabelecidas neste artigo, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2021 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 - Lei nº 1.940, de 20 de junho de 2017 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no inciso III do parágrafo único do art. 1º desta Lei, as metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento ao Poder Legislativo da proposta orçamentária para 2021, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 4º O Orçamento do Município terá sua despesa discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária, instrumento de programação e natureza de despesa detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 77, § 5º, da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber, ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2021, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III – memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2020 e a previsão para o exercício de 2021;

V - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2021 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VI – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às prioritizações.

Art. 9º. Deverão ser discriminadas em instrumentos de programação específicos as dotações destinadas:

I - às ações de alimentação escolar;

II - às ações de transporte escolar;

III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;

IV – à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

V – à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

VI - ao pagamento de precatórios judiciais, de sentenças judiciais de pequeno valor;

VII - às despesas com publicidade institucional e publicidade de utilidade pública;

VIII – às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;

IX – ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 61 desta Lei.

Art. 10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída, exclusivamente, de recursos não vinculados do Orçamento Fiscal, e será fixada em, no mínimo, 1,00 % (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea “b” do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 2º Não serão consideradas, para fins do disposto no caput, as eventuais Reservas de Contingência constituídas à conta de receitas vinculadas.

§ 3º Além da Reserva de Contingência referida no caput, o Projeto de Lei Orçamentária conterá reservas para o atendimento de programações decorrentes de emendas individuais que forem aprovadas nos termos dos arts. 32 a 36 desta Lei.

CAPÍTULO IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 11. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, até 15 de setembro de 2020, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;

II – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

III – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;

IV – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 12. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2021 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2021.

§ 1º Considerando a tramitação no Congresso Nacional de Propostas de Emenda à Constituição, em especial, a PEC 15/2015, que visam tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB instrumento permanente de financiamento da Educação Básica Pública, deverão constar na proposta orçamentária de 2021, as previsões de receitas e despesas a serem executadas por conta dos referidos recursos.

§ 2º Na hipótese de extinção definitiva do FUNDEB, nos termos do art. 48 da Lei Federal nº 11.494/2007, deverão ser adotadas, conforme o caso, as disposições dos §§ 1º e 3º do art. 2º e art. 20 desta lei.

§ 3º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 4º Para fins do orçamento da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 06/2019 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão iniciados novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

Art. 16. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2021 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo previsto no inciso “h” do inciso I, do parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal;

III – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III – Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput deste artigo.

§ 2º Até o último dia útil do exercício de 2021, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2022.

Art. 22. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2021, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

Parágrafo único. Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2021 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2020, por fonte de recursos;
- II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2021;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2021, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até cinco dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2021, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 31 de março de 2021.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2021, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2021 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;

II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra;

III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de trabalho.

§ 2º A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2020, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2020, tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Seção VI - Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Subseção I – Disposições Gerais

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 1.940/2017 - Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que resultem na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

IV – as emendas que reduzirem em mais de 20,00% (vinte por cento) o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Subseção II - Do Regime de Aprovação e Execução das Emendas Individuais

Art. 33. Sem prejuízo do disposto no §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição da República, o regime de aprovação e execução das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária atenderá ao disposto nesta subseção.

Art. 34. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas individuais aprovadas ao projeto de lei orçamentária, observado, na execução, o limite estabelecido no § 11 do art. 166 da Constituição.

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que atenda, de forma objetiva, igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º Caso as emendas de que trata esta subseção contemplem recursos para entidades privadas sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições, os autores deverão indicar, quando necessário, na forma e prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação do disposto no § 1º.

§ 3º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

§ 4º Se durante o exercício financeiro de 2021 for verificada a frustração de receitas na forma estabelecida pelos §§ 3º e 4º do art. 2º desta Lei, que determine a limitação de empenhos e movimentação financeira, a execução orçamentária das programações orçamentárias das emendas individuais poderá ser reduzida na mesma proporção.

Art. 35. Para fins de atendimento ao disposto no art. 34, sem prejuízo da redução prevista no seu § 4º, o Projeto de Lei Orçamentária de 2021 conterà reserva de contingência específica em valor equivalente 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida estimada para o exercício, sendo 0,6% (seis décimos por cento) de recursos livres e 0,6% (seis décimos por cento) de recursos vinculados às ações e serviços públicos de saúde, a qual deverá ser indicada como fonte de recursos para a aprovação das emendas individuais.

§ 1º Para fins de cálculo do valor da Receita Corrente Líquida de que trata o caput, considerar-se-á a metodologia estabelecida na Instrução Normativa nº 06/2019, do Tribunal de Contas do Estado ou a norma que lhe for superveniente.

§ 2º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput pelo número de vereadores com assento da Câmara Municipal.

§ 3º É vedada qualquer forma de cessão ou transferência entre vereadores ou entre bancadas, do limite individual de que trata o parágrafo anterior.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

§ 4º Não será obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas individuais do autor que desatender os critérios estabelecidos nesta subseção, sendo os recursos correspondentes revertidos à reserva de contingência, os quais poderão ser utilizados pelo Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais.

Art. 36. Para fins do disposto no § 13 do art. 166 da Constituição, serão considerados impedimentos de ordem técnica quaisquer situações ou eventos de ordem fática ou legal que obstem ou suspendem a execução da programação orçamentária em consonância com as regras e os princípios que regem a administração pública.

§ 1º Sem prejuízo de outros critérios e procedimentos adicionais que venham a ser estabelecidos em ato do Poder Executivo, são consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica:

I - não indicação, pelo autor da emenda individual, quando for o caso, do beneficiário e respectivo valor da emenda, observado o disposto no § 2º, do art. 34 desta Lei;

II – não cumprimento pela entidade beneficiária, dos requisitos estabelecidos na Seção VII do Capítulo IV desta Lei, no caso de emendas que proponham transferências de recursos sob a forma de subvenções, auxílios ou contribuições;

III - desistência expressa do autor da emenda;

IV - incompatibilidade do objeto da emenda com a finalidade do programa ou da ação orçamentária emendada;

V – no caso de emendas relativas à execução de obras ou instalações:

a) incompatibilidade do valor proposto com o custo de aquisição dos insumos ou equipamentos ou, no caso de obras, com o cronograma físico financeiro de execução do projeto que permita, no mínimo, a conclusão de etapa útil com funcionalidade que permita o usufruto dos benefícios pela sociedade;

b) ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão responsável, nos casos em que for necessário;

c) a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

d) não comprovação, por parte do órgão ou entidade beneficiada pela emenda, da capacidade de aportar recursos para manutenção e operação do empreendimento, após a sua conclusão;

VI – a aprovação de emenda individual que conceda dotação para instalação ou funcionamento de serviço público que não esteja anteriormente criado por Lei;

VII – a não indicação da Reserva de Contingência referida no art. 34 desta Lei como fonte de recursos para as emendas individuais;

§ 2º Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá, em decreto, o cronograma para



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução das emendas de que trata esta subseção.

§ 3º As dotações orçamentárias relativas às emendas individuais que permanecerem com impedimento técnico após 20 de novembro de 2021 poderão ser utilizadas pelo Poder Executivo como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais, na forma da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias das emendas individuais comporão o relatório de avaliação das metas fiscais do último quadrimestre do exercício, a ser apresentado em audiência pública na forma do art. 25 desta Lei.

Art. 37. A identificação, controle e acompanhamento da execução orçamentária da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta subseção deverão ser viabilizados através de relatórios extraídos do sistema de execução financeira e orçamentária do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os relatórios referidos no caput deste artigo, deverão detalhar, no mínimo, a relação das emendas individuais aprovadas, o autor, a classificação funcional e programática, a ação orçamentária, bem como os respectivos valores aprovados e executados.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 38. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos arts. 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

Art. 39. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II - Das Subvenções Sociais



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 40. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 41. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária, sendo tal condição obrigatória quando os recursos se destinarem à cobertura de déficit de funcionamento da entidade beneficiada;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2021; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 42. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 43. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

***Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos
para Pessoas Físicas e Jurídicas***

Art. 44. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

a) no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congêneres celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição;

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria Municipal da Administração verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 45. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

V – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 47. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 49. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 50. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 51. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

**CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 52. No exercício de 2021, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Complementar nº 173/2020.

Parágrafo único. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2020, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2021, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

Art. 53. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 06/2019 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 54. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 55. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 02 (dois) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal.

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso não atendam às exigências previstas nos incisos I e II do § 2º.

§ 6º As proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal nas hipóteses previstas neste artigo e as Leis delas decorrentes não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 56. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO VII - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 57. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2021, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
- i) demais incentivos e benefícios fiscais.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Art. 58. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 57, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 59. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do § 1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 60. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental,



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 62. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 63. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 64 Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 65. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito – Poço das Antas, 30 de julho de 2020.

RICARDO LUIZ FLACH
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

MENSAGEM JUSTIFICATIVA

Exmo. Senhor Presidente,

Nobres Edis:

O Projeto de Lei de nº 043/2020 está em razão do cumprimento do disposto nas Leis: Constituição da República Federativa do Brasil, art. 165 e Lei Orgânica Municipal, art. 77, § 2º e alterações posteriores.

E, contando com a compreensão desta colenda Câmara, aguardamos a votação da matéria, através da apreciação do presente.

Poço das Antas, 30 de julho de 2020.

RICARDO LUIZ FLACH
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.:

Valmir José Flach

Presidente da Câmara de Vereadores

POÇO DAS ANTAS - RS



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	3,75%	4,31%	1,64%	3,19%	3,50%	3,38%
VARIAÇÃO DO PIB	1,12%	1,10%	-6,51%	3,38%	2,53%	2,45%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	2,81%	6,56%	5,97%	5,12%	5,88%	5,66%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	4,19%	9,87%	11,06%	8,37%	9,77%	9,73%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	3,73%	3,72%	21,46%	9,64%	11,60%	14,23%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	3,43%	5,00%	5,26%	4,56%	4,94%	4,92%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	8,51%	0,97%	5,80%	5,09%	3,96%	4,95%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	1,16%	1,06%	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	1,16%	1,06%	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-6,39%	13,10%	104,16%	36,96%	51,40%	64,17%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	2,67%	2,43%	4,42%	5,46%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,13	5,10	4,69	4,67

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
1.0.0.0.00.0.00.00.00	Receitas Correntes	16.375.814,69	17.973.972,86	19.517.155,79	19.934.438,34	21.852.855,63	23.680.054,57	25.760.587,10
1.1.0.0.00.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	868.516,99	943.230,11	1.029.318,00	1.200.040,00	1.262.758,01	1.458.595,84	1.722.488,41
1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	193.909,84	218.582,31	257.618,98	250.500,00	289.683,30	334.609,53	395.147,87
1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo	991,02	1.189,63	8.371,61	1.400,00	4.377,15	5.055,99	5.970,73
1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Demais Impostos	442.128,11	471.791,39	556.823,30	540.320,00	625.427,39	722.423,29	853.125,80
1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	103.566,84	116.134,51	109.908,19	107.820,00	133.442,54	154.137,80	182.024,77
1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	127.921,18	135.532,27	96.595,92	300.000,00	209.827,62	242.369,23	286.219,24
1.2.0.0.00.0.00.00.00	Contribuições	46.899,78	52.067,45	59.055,18	57.500,00	63.411,45	67.291,31	71.270,12
1.2.1.0.00.0.00.00.00	Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores)	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.06.0.0.00.00.00	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0.00.00.00	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	46.899,78	52.067,45	59.055,18	57.500,00	63.411,45	67.291,31	71.270,12
1.3.0.0.00.0.00.00.00	Receita Patrimonial	381.580,06	193.775,63	169.268,23	179.565,64	204.092,01	216.257,88	228.722,83
1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.780,59	14.695,29	10.667,15	8.100,00	12.281,85	12.711,72	13.141,38
1.3.2.0.00.0.00.00.00	Valores Mobiliários	292.106,47	179.080,34	158.601,08	171.465,64	191.810,16	203.546,16	215.581,46
1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	36.174,62	16.702,74	7.928,85	11.165,64	13.557,83	14.387,37	15.238,07
1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	183.644,81	87.378,23	74.821,32	80.300,00	91.407,23	97.000,03	102.735,46
1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	72.287,04	74.999,37	75.850,91	80.000,00	86.845,10	92.158,76	97.607,93
1.3.2.1.00.5.0.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.00.0.0.00.00.00	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	75.693,00	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.0.00.00.00	Receita de Serviços	79.300,10	26.017,11	24.442,42	20.930,00	26.955,77	28.605,07	30.296,43
1.6.4.0.01.1.0.00.00.00	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.4.0.03.1.0.00.00.00	Demais Serviços	79.300,10	26.017,11	24.442,42	20.930,00	26.955,77	28.605,07	30.296,43
1.7.0.0.00.0.00.00.00	Transferências Correntes	14.996.622,92	16.738.956,71	18.232.486,02	18.472.312,70	20.285.726,49	21.899.045,66	23.697.203,74
1.7.1.0.00.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	8.179.352,71	8.858.414,07	9.780.802,85	9.818.607,70	10.758.519,66	11.644.851,25	12.589.330,70
1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	6.918.993,96	7.413.358,43	8.037.132,55	8.391.108,00	9.065.045,84	9.845.897,93	10.679.521,90
1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	307.589,82	329.256,07	354.693,52	364.107,00	398.614,96	432.951,17	469.607,90
1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	317.350,91	321.239,56	341.589,25	354.166,00	386.812,52	420.132,08	455.703,46



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
 Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	2.064,90	2.118,83	1.977,60	2.250,00	2.414,86	2.622,87	2.844,94
1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	80.370,61	123.309,59	123.835,34	125.000,00	141.699,60	153.905,44	166.936,17
1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo	102.841,06	287.729,47	107.276,84	159.807,70	203.854,05	210.988,94	218.120,37
1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	246.352,24	127.972,49	219.361,84	225.435,00	207.228,31	214.481,30	221.730,77
1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	140.740,47	220.658,27	174.685,08	196.734,00	215.969,46	223.528,39	231.083,65
1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	32.409,12	32.771,36	-	-	-	-	-
1.7.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	30.639,62	-	420.250,83	-	136.880,05	140.343,12	143.781,53
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	5.801.574,32	6.577.653,70	6.997.289,12	7.062.705,00	7.875.869,08	8.460.956,42	9.163.160,86
1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	5.233.011,93	5.888.195,23	6.266.977,44	6.324.624,00	7.066.888,56	7.603.591,95	8.249.821,34
1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	249.947,17	323.685,94	326.645,21	330.774,00	375.424,45	403.936,51	438.267,08
1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	78.981,72	86.067,21	92.883,93	93.834,00	104.296,47	112.217,39	121.754,75
1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	15.227,02	12.042,89	7.184,17	7.848,00	10.425,37	11.217,14	12.170,48
1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	40.931,18	63.620,47	54.703,45	61.525,00	65.529,52	67.823,05	70.115,47
1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	183.261,79	203.821,38	248.198,50	243.500,00	252.757,52	261.604,04	270.446,25
1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	213,51	220,58	696,42	600,00	547,19	566,34	585,48
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	1.009.193,05	1.293.675,88	1.450.300,72	1.586.000,00	1.644.611,20	1.786.276,02	1.937.514,90
1.7.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	6.502,84	9.213,06	4.093,33	5.000,00	6.726,55	6.961,98	7.197,29
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	2.894,84	19.925,85	2.585,94	4.090,00	9.911,89	10.258,81	10.605,56
1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.524,34	4.670,64	1.105,54	1.990,00	2.866,03	2.966,34	3.066,60
1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.370,50	15.243,93	593,34	2.100,00	6.718,11	6.953,25	7.188,27
1.9.2.2.01.2.0.00.00	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.00.0.0.00.00	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.370,50	15.243,93	593,34	2.100,00	6.718,11	6.953,25	7.188,27
1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	-	11,28	887,06	-	327,76	339,23	350,69
1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.06.0.0.00.00.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0.00.00.00	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0.00.00.00	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas (demais receitas diversas)	-	11,28	887,06	-	327,76	339,23	350,69
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	30.227,13	856.730,00	921.701,87	2.083.708,00	1.148.161,70	1.218.329,76	1.290.284,40
2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	-	-	-	1.200.000,00	-	-	-
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	-	227.560,00	-	4.500,00	-	-	-
2.2.1.8.01.1.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0.00.00.00	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	-	224.560,00	-	4.500,00	-	-	-
2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	-	3.000,00	-	-	-	-	-
2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	30.227,13	629.170,00	914.757,60	877.408,00	1.145.000,00	1.215.057,40	1.286.901,43
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	30.227,13	629.170,00	914.757,60	877.408,00	1.145.000,00	1.215.057,40	1.286.901,43



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
 Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4.3.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.00.0.0.00.00.00	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas de Capital	-	-	6.944,27	1.800,00	3.161,70	3.272,36	3.382,97	3.382,97
2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.00.1.1.02.00.00	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	-	-	6.944,27	1.800,00	3.161,70	3.272,36	3.382,97	3.382,97
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes Intraorçamentárias - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	9.000,00	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
8.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital Intraorçamentárias - Outras	-	9.000,00	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	(R) Deduções da Receita	-	2.534.607,77	-	2.796.921,62	-	2.987.719,34	-	3.077.718,00
9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Deduções da Receita de Impostos (digitar com sinal negativo)	(31.526,09)	(31.377,68)	(30.330,50)	(28.700,00)	32.966,32	34.120,14	35.273,40	35.273,40
9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	Deduções para o FUNDEB	(2.503.081,68)	(2.749.239,25)	(2.945.123,37)	(3.028.518,00)	(3.322.814,03)	(3.593.653,33)	(3.898.442,00)	(3.898.442,00)
9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita Corrente (digitar com sinal negativo)	-	16.304,69	12.265,47	20.500,00	17.808,78	18.432,08	19.055,09	19.055,09
9.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Deduções da Receita de Capital (digitar com sinal negativo)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		13.871.434,05	16.042.781,24	17.451.138,32	18.940.428,34	19.627.428,19	21.252.178,77	23.098.101,00	23.098.101,00



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021								
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar								
Valores em R\$ 1,00								
CONTAS	PAGA	PAGA	PAGA	PAGA(Estim)	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO	
CONSOLIDADAS ANUAIS	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.315.280,50	13.313.723,43	15.118.969,20	16.213.918,22	16.346.012,11	17.582.255,54	18.968.716,71
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.732.160,39	6.174.733,91	6.911.678,54	7.437.613,73	7.178.000,00	8.023.623,55	8.939.242,10
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	5.371.882,54	5.802.832,54	6.456.600,64	7.004.713,73	6.752.500,00	7.547.996,38	8.409.338,58
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	360.277,85	371.901,37	455.077,90	432.900,00	425.500,00	475.627,17	529.903,53
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S					-	-	-
3.1.91.00.00.00.00	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	62.587,67	27.866,94	9.610,11	71.500,00	187.500,00	143.500,00	96.500,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas	62.587,67	27.866,94	9.610,11	71.500,00	187.500,00	143.500,00	96.500,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.520.532,44	7.111.122,58	8.197.680,55	8.704.804,49	8.980.512,11	9.415.131,99	9.932.974,61
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	6.475.973,53	7.062.809,49	8.151.426,48	8.632.504,49	8.915.030,29	9.340.739,77	9.848.584,16
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	44.558,91	48.313,09	46.254,07	72.300,00	65.481,82	74.392,22	84.390,46
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.3.91.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.077.873,74	2.049.020,83	2.395.753,81	4.424.431,00	2.759.216,08	3.106.757,62	3.519.835,98
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.902.223,26	1.873.370,29	2.220.103,27	4.424.431,00	2.567.216,08	2.818.757,62	3.231.835,98
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executiv / Indiretas	1.898.394,06	1.867.546,29	2.213.683,27	4.412.431,00	2.555.246,00	2.800.000,00	3.200.000,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	3.829,20	5.824,00	6.420,00	12.000,00	11.970,08	18.757,62	31.835,98
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.4.91.00.00.00.00	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91.00.00.00.00	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	175.650,48	175.650,54	175.650,54	-	192.000,00	288.000,00	288.000,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	175.650,48	175.650,54	175.650,54	-	192.000,00	288.000,00	288.000,00
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91.00.00.00.00	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS					-	-	-
9.9.99.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					435.354,90	471.006,85	511.940,38
9.9.99.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					86.845,10	92.158,76	97.607,93
TOTAL DAS DESPESAS	14.393.154,24	15.362.744,26	17.514.723,01	20.638.349,22	19.627.428,19	21.252.178,77	23.098.101,00	



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213

Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

Tabela 03 - Evolução e Estimativas para a Receita Corrente Líquida

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 06/2019, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	19.517.155,79	19.934.438,34	21.852.855,63	23.680.054,57	25.760.587,10
II - DEDUÇÕES	3.326.305,12	3.409.618,00	3.754.494,69	4.078.029,84	4.451.497,03
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	265.990,59	251.900,00	294.060,45	339.665,52	401.118,60
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	72.595,19	80.000,00	86.845,10	92.158,76	97.607,93
Deduções da Receita Corrente	2.987.719,34	3.077.718,00	3.373.589,13	3.646.205,56	3.952.770,49
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	1.494.822,65	1.442.518,00	1.678.202,83	1.807.377,31	1.960.927,11
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	17.685.673,32	17.967.338,34	19.776.563,77	21.409.402,04	23.270.017,18



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2021

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2021 a 2023

PODER EXECUTIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	10.679.344,44	11.561.077,10	12.565.809,28
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	10.145.377,21	10.983.023,25	11.937.518,81
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	9.611.409,99	10.404.969,39	11.309.228,35

PODER LEGISLATIVO	2021	2022	2023
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.186.593,83	1.284.564,12	1.396.201,03
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.127.264,13	1.220.335,92	1.326.390,98
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.067.934,44	1.156.107,71	1.256.580,93

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	179.447,40	-	1.200.000,00	1.008.000,00	720.000,00	432.000,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	179.447,40	-	1.200.000,00	1.008.000,00	720.000,00	432.000,00
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	3.215.898,82	3.025.783,18	2.960.500,00	3.067.394,00	3.017.892,39	3.015.262,13
Disponibilidade da Caixa Bruta	3.402.895,53	3.339.049,41	3.000.000,00	3.247.314,98	3.195.454,80	3.147.589,93
(-) Restos a Pagar Processados	186.996,71	313.266,23	40.000,00	180.087,65	177.784,63	132.624,09
Demais Haveres Financeiros	-	-	500,00	166,67	222,22	296,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	(3.036.451,42)	(3.025.783,18)	(1.760.500,00)	(2.059.394,00)	(2.297.892,39)	(2.583.262,13)

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	1.200.000,00	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	27.866,94	9.610,11	71.500,00	187.500,00	143.500,00	96.500,00
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	175.650,54	175.650,54	-	192.000,00	288.000,00	288.000,00

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2021

TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	15.177.051,24	16.529.436,45	16.856.720,34	18.479.266,49	20.033.849,02	21.807.816,60
(-) Aplicações Financeiras em Geral	104.080,97	82.750,17	91.465,64	104.965,06	111.387,40	117.973,52
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	74.999,37	72.595,19	80.000,00	86.845,10	92.158,76	97.607,93
(-) Outras Receitas Financeiras	-	887,06	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	14.997.970,90	16.373.204,03	16.685.254,70	18.287.456,33	19.830.302,86	21.592.235,15
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	856.730,00	921.701,87	2.083.708,00	1.148.161,70	1.218.329,76	1.290.284,40
(-) Operações de Crédito	-	-	1.200.000,00	-	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	1.800,00	3.161,70	3.272,36	3.382,97
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	856.730,00	921.701,87	881.908,00	1.145.000,00	1.215.057,40	1.286.901,43
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	15.854.700,90	17.294.905,90	17.567.162,70	19.432.456,33	21.045.360,25	22.879.136,58
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	13.313.723,43	15.118.969,20	16.213.918,22	16.346.012,11	17.582.255,54	18.968.716,71
(-) Juros e Encargos da Dívida	27.866,94	9.610,11	71.500,00	187.500,00	143.500,00	96.500,00
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	13.285.856,49	15.109.359,09	16.142.418,22	16.158.512,11	17.438.755,54	18.872.216,71
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	2.049.020,83	2.395.753,81	4.424.431,00	2.759.216,08	3.106.757,62	3.519.835,98
(-) Concessão e Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisição de Títulos de Crédito	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	175.650,54	175.650,54	-	192.000,00	288.000,00	288.000,00
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	1.873.370,29	2.220.103,27	4.424.431,00	2.567.216,08	2.818.757,62	3.231.835,98
DESPESAS PRIMÁRIAS ANTES DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI = IV + V)	15.159.226,78	17.329.462,36	20.566.849,22	18.725.728,19	20.257.513,16	22.104.052,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREVISÃO (VII)				522.200,00	563.165,61	609.548,31
DESPESAS PRIMÁRIAS APÓS A RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VIII = VI+ VII)				19.247.928,19	20.820.678,77	22.713.601,00
META DE RESULTADO PRIMÁRIO A SER CONSIDERADA (IX = III - VIII)	695.474,12	- 34.556,46	- 2.999.686,52	184.528,14	224.681,48	165.535,58



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos ee Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora Sobre Empréstimos e Financiamentos Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	104.080,97	162.289,63	171.500,00	149.503,62	168.218,27	171.977,80
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	58.694,68	-	-	20.040,32	6.975,37	9.496,91
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	162.776	162.290	171.500	169.544	175.194	181.475



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2.018	2.019	2.020	2.021	2.022	2.023
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	27.866,94	9.610,11	71.500,00	37.208,40	41.182,73	52.691,73
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Empréstimos e Financiamentos Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	27.867	9.610	71.500	37.208	41.183	52.692
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX)	830.382,83	118.123,06	- 2.899.686,52	316.863,68	358.692,39	294.318,57



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
 Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a /	(a /RCL)			(b /	(B /RCL)			PIB)	(b /RCL)
			x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100
Receita Total	19.627.428,19	19.020.668,86	99,25%		21.252.178,77	19.898.736,37	99,27%		23.098.101,00	20.920.005,10	99,26%	
Receitas Primárias (I)	19.432.456,33	18.831.724,33	98,26%		21.045.360,25	19.705.089,06	98,30%		22.879.136,58	20.721.688,50	98,32%	
Despesa Total	19.105.228,19	18.514.612,06	96,61%		20.689.013,16	19.371.435,89	96,64%		22.488.552,69	20.367.935,74	96,64%	
Despesas Primárias (II)	19.247.928,19	18.652.900,66	97,33%		20.820.678,77	19.494.716,40	97,25%		22.713.601,00	20.571.762,53	97,61%	
Resultado Primário (I – II)	184.528,14	178.823,66	0,93%		224.681,48	210.372,67	1,05%		165.535,58	149.925,97	0,71%	
Resultado Nominal	316.863,68	307.068,21	1,60%		358.692,39	335.849,11	1,68%		294.318,57	266.565,03	1,26%	
Dívida Pública Consolidada	1.008.000,00	976.838,84	5,10%		720.000,00	674.146,89	3,36%		432.000,00	391.263,43	1,86%	
Dívida Consolidada Líquida	- 2.059.394,00	- 1.995.730,21	-10,41%		- 2.297.892,39	- 2.151.551,40	-10,73%		- 2.583.262,13	- 2.339.666,67	-11,10%	
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-	0,00%	
			Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª Edição do MDF				Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª Edição do MDF				Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 9ª Edição do MDF	



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comparação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2017, 2018 e 2019) e os valores reestimados para o exercício atual (2020), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeio. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 3,38%, 2,53% e 2,45% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,19%, 3,50% e 3,38%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 28/07/2020.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 286/2019 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2021. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2021, 2022 e 2023, considerou-se a operação de crédito realizada em 2020 junto à Caixa Econômica Federal que objetivará a pavimentação de ruas tanto da zona urbana quanto rural do município. Utilizou-se, como parâmetro de mensuração, uma simulação financeira fornecida em 27/07/2020 pela própria Caixa Econômica Federal.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2020, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:
9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2021, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 19.627.428,19, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 191.810,16), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Aliações de Investimentos (R\$ 0,00), de Outras Receitas de Capital (R\$ 3.161,70) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 19.432.456,33.
9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 19.627.428,19. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 187.500,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 192.000,00, tem-se que as despesas primárias para 2021 foram previstas em R\$ 19.247.928,19. **A tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.
9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2021 que foi inicialmente prevista em R\$ 184.528,14 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
 Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR EXERCÍCIO DE 2021								
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,								R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2019 (a)			2019 (b)			Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	16.412.800,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	92,80%	17.451.138,32	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	98,67%	1.038.338,32	6,33%
Receita Primárias (I)	16.269.800,00		91,99%	17.294.905,90		97,79%	1.025.105,90	6,30%
Despesa Total	16.412.800,00		92,80%	17.514.723,01		99,03%	1.101.923,01	6,71%
Despesa Primárias (II)	16.211.800,00		91,67%	17.329.462,36		97,99%	1.117.662,36	6,89%
Resultado Primário (I-II)	58.000,00		0,33%	34.556,46		-0,20%	92.556,46	-159,58%
Resultado Nominal	176.000,00		1,00%	118.123,06		0,67%	57.876,94	-32,88%
Dívida Pública Consolidada	-		0,00%	-		0,00%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	- 2.536.599,94		-14,34%	- 3.025.783,18		-17,11%	489.183,24	19,28%

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2019), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2019 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ -34.556,46, valor 159,58% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 58.000,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 17.294.905,90, superando em 6,30% a projeção para o período de R\$ 16.269.800,00. As despesas não financeiras atingiram R\$ 17.329.462,36, estabelecendo-se 6,89% acima da previsão orçamentária. Não obstante a sua expansão, corresponderam a 0,20% do total das receitas primárias comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2019, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ -2.536.599,94. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ -3.025.783,15 que, comparado com o montante apurado ao final de 2018, apresentou um decréscimo de R\$ 10.668,24, valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2021

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	15.654.273,00	16.412.800,00	4,85%	18.837.390,00	14,77%	19.627.428,19	4,19%	21.252.178,77	8,28%	23.098.101,00	8,69%
Receitas Primárias (I)	15.422.617,00	16.269.800,00	5,49%	17.475.240,00	7,41%	19.432.456,33	11,20%	21.045.360,25	8,30%	22.879.136,58	8,71%
Despesa Total	15.654.273,00	16.412.800,00	4,85%	18.837.390,00	14,77%	19.105.228,19	1,42%	20.689.013,16	8,29%	22.488.552,69	8,70%
Despesas Primárias (II)	15.447.301,00	16.211.800,00	4,95%	18.661.590,00	15,11%	19.247.928,19	3,14%	20.820.678,77	8,17%	22.713.601,00	9,09%
Resultado Primário (I – II)	- 24.684,00	58.000,00	-334,97%	- 1.186.350,00	-2145,43%	184.528,14	-115,55%	224.681,48	21,76%	165.535,58	-26,32%
Resultado Nominal	- 22.765,00	176.000,00	-873,12%	- 684.194,52	-488,75%	316.863,68	-146,31%	358.692,39	13,20%	294.318,57	-17,95%
Dívida Pública Consolidada	179.500,00	-	-100,00%	1.200.000,00	0	1.008.000,00	-16,00%	720.000,00	-28,57%	432.000,00	-40,00%
Dívida Consolidada Líquida	-	- 2.536.599,94	0	- 1.760.500,00	-30,60%	- 2.059.394,00	16,98%	- 2.297.892,39	11,58%	- 2.583.262,13	12,42%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2018	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %
Receita Total	16.596.767,31	16.681.969,92	0,51%	18.837.390,00	12,92%	19.020.668,86	0,97%	19.898.736,37	4,62%	20.920.005,10	5,13%
Receitas Primárias (I)	16.351.164,03	16.536.624,72	1,13%	17.475.240,00	5,68%	18.831.724,33	7,76%	19.705.089,06	4,64%	20.721.688,50	5,16%
Despesa Total	16.596.767,31	16.681.969,92	0,51%	18.837.390,00	12,92%	18.514.612,06	-1,71%	19.371.435,89	4,63%	20.367.935,74	5,14%
Despesas Primárias (II)	16.377.334,18	16.477.673,52	0,61%	18.661.590,00	13,25%	18.652.900,66	-0,05%	19.494.716,40	4,51%	20.571.762,53	5,52%
Resultado Primário (I – II)	- 26.170,15	58.951,20	-325,26%	- 1.186.350,00	-2112,43%	178.823,66	-115,07%	210.372,67	17,64%	149.925,97	-28,73%
Resultado Nominal	- 24.135,61	178.886,40	-841,17%	- 684.194,52	-482,47%	307.068,21	-144,88%	335.849,11	9,37%	266.565,03	-20,63%
Dívida Pública Consolidada	190.307,13	-	-100,00%	1.200.000,00	-	976.838,84	-18,60%	674.146,89	-30,99%	391.263,43	-41,96%
Dívida Consolidada Líquida	-	- 2.578.200,18	-	- 1.760.500,00	-31,72%	- 1.995.730,21	13,36%	- 2.151.551,40	7,81%	- 2.339.666,67	8,74%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2021), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2018, 2019 e 2020), bem como para os dois seguintes (2022 e 2023), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2018, 2019 e 2020 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	24.766.601,70	94,43%	23.181.446,35	93,60%	22.251.617,59	95,99%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	1.461.161,45	5,57%	1.585.155,35	6,40%	929.828,76	4,01%
TOTAL	26.227.763,15	100,00%	24.766.601,70	100,00%	23.181.446,35	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	24.766.601,70	94,43%	23.181.446,35	93,60%	22.251.617,59	95,99%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	1.461.161,45	5,57%	1.585.155,35	6,40%	929.828,76	4,01%
TOTAL	26.227.763,15	100,00%	24.766.601,70	100,00%	23.181.446,35	100,00%

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

Com relação ao Regime Previdenciário, os servidores do Município são filiados ao Regime Geral de Previdência Social.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2017 a 2019, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 23.181.446,35 em 31.12.2017 para R\$ 26.227.763,15 em 31.12.2019.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019	2018	2017
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2017		-	600,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	236.560,00	-
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	236.560,00	-
Alienação de Bens Móveis	-	233.560,00	-
Alienação de Bens Imóveis	-	3.000,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
TOTAL	-	236.560,00	600,00

DESPESAS EXECUTADAS	2019	2018	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	172.200,00	51.409,00	600,00
Investimentos	172.200,00	51.409,00	600,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	172.200,00	51.409,00	600,00
SALDO FINANCEIRO			
	12.951,00	185.151,00	-

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2017, 2018 e 2019).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	ISENÇÃO	PRODUTORES RURAIS	5.500,00	5.692,50	5.884,91	
IPTU	DESCONTO	PAGAMENTO COTA ÚNICA/ANTECIPADA	17.500,00	18.112,50	18.724,70	Vide Obsevação
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS	DESCONTO	PAGAMENTO COTA ÚNICA/ANTECIPADA	7.500,00	7.762,50	8.024,87	abaixo
				-	-	
				-	-	
				-	-	
				-	-	
TOTAL			30.500,00	31.567,50	32.634,48	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram claculados a partir dos valores de 2021, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2022: 3,50%

Inflação para 2023: 3,38%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : Poço das Antas - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	887.358,63
Decorrente de Receitas Tributárias	4.000,64
Decorrente de Transferências Correntes	883.357,99
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(141.907,37)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	745.451,26
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	745.451,26
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(748.163,56)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(603.490,20)
Relativas a Outras Despesas Correntes	(144.673,37)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	1.493.614,83

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2021 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2020-2021

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

Município de : POÇO DAS ANTAS/RS			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS			
EXERCÍCIO DE 2021			
ARF (LRF, art 4º, § 3º)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	1.034.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da redução e ou cancelamento de dotações de despesas que podem ser adiadas	1.034.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	1.034.000,00	SUBTOTAL	1.034.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	50.510,32	Corte na execução de projetos (metas programadas para o exercício) e no repasse de auxílios financeiros a pessoas físicas	50.510,32
Restituição de Tributos a Maior	12.627,58		12.627,58
Discrepância de Projeções:	369.585,33		369.585,33
Outros Riscos Fiscais	197.765,64	Programar reserva de contingência	197.765,64
SUBTOTAL	630.488,87	SUBTOTAL	630.488,87
TOTAL	1.664.488,87	TOTAL	1.664.488,87
<p>O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.</p>			



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2021				
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES				
PROGRAMA: 0000 - Encargos Especiais				
OBJETIVO:				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
OE	0001 - Contribuição ao PASEP	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 182.000,00
OE	0002 - Pagamento de Sentenças Judiciais	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 2.000,00
OE	0003 - Restituição de Saldos de Transferências Recebidas da União e Estado	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 1.300,00
OE	0004 - Amortização da Dívida Pública	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 379.500,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 564.800,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0001 - Execução da Ação Legislativa				
OBJETIVO: Garantir o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, propiciando o cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2001 - Manutenção dos Serviços Legislativos da Câmara Sessão Plenária Realizada	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 475.981,82
A	2033 - Publicidade Legal e Institucional da Câmara Publicidade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 15.000,00
P	1001 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Legislativo. Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	7
			Valor	R\$ 11.970,08
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 502.951,90

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0021 - Segurança do Cidadão				
OBJETIVO: Concessão de auxílio financeiro, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, assim como contribuições a outras entidades de direito público e privado e possíveis despesas que objetiva a manutenção da segurança pública.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
OE	0006 - Apoio à Segurança Pública Pessoa/Entidade Apoiada	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 12.000,00
P	1044 - Adequação ao Projeto de Prevenção Contra Incêndio nos Prédios Públicos - PPCI Projeto Realizado	prédios	Meta Fisica	6
			Valor	R\$ 10.000,00
P	1064 - Instalação de Câmeras de Monitoramento Equipamento Adquirido e Mantido	Un.	Meta Fisica	11
			Valor	R\$ 20.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 42.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0027 - Serviços de Proteção à Criança e ao Adolescente				
OBJETIVO: Contribuir para a efetivação da rede de proteção como ponto central do enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2031 - Manutenção do Conselho Tutelar Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 91.300,00
A	2018 - Manutenção dos Prog. E Proj. do FMCA Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 6.700,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 98.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0046 - Administração do Sistema Educacional				
OBJETIVO: Organizar, desenvolver e manter o Sistema Municipal de Ensino integrando-o às políticas e planos educacionais da União e do Estado; planejar, desenvolver, executar, controlar e avaliar a política educacional do Município.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2016 - Manutenção da Secret. De Educação Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 316.500,00
P	1011 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secret. De Educação Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica Valor	2 R\$ 2.200,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 318.700,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0048 - Práticas Desportivas, Recreativas e Lazer Comunitário				
OBJETIVO: Planejar, organizar, coordenar, orientar, executar, controlar e fiscalizar as atividades relativas ao esporte e ao lazer. Controlar a utilização e zelar pelas praças esportivas do município. Gerir a infraestrutura e proteger as práticas desportivas, organizar campeonatos, torneios, competições e encontros regionais esportivos de interesse público.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2013 - Manutenção do Desporto e Lazer Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 43.000,00
P	1018 - Realização de Eventos Esportivos Evento Realizado	eventos	Meta Fisica Valor	4 R\$ 40.000,00
P	1031 - Construção de Academia de Ginástica ao Ar Livre Construção Realizada	Comunidades	Meta Fisica Valor	1 R\$ 90.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 173.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0050 - Assistência ao Aluno de Ensino Superior				
OBJETIVO: Viabilizar o acesso dos munícipes ao ensino superior, com vistas à formação de recursos humanos qualificados estratégicos para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Município.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
OE	0007 - Apoio Financeiro a Estudantes Atividade Mantida	alunos	Meta Fisica Valor	20 R\$ 50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 50.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0054 - Desenvolvimento Cultural				
OBJETIVO: Implementar ações culturais como meio de democratizar o acesso de toda a sociedade aos bens culturais, de forma a promover a inclusão social e contribuir para a prevenção da violência. Promover a revitalização, conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico-artístico-cultural do município, bem como a construção de novos equipamentos culturais. Ampliar a divulgação e o conhecimento dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais do Município, com museus, bibliotecas e casas de cultura.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2014 - Manutenção da Cultura e Eventos Atividade Mantida	meses	Meta Física Valor	12 R\$ 240.000,00
P	1061 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Desenvolvimento da Cultura. Equipamento Adquirido	Un.	Meta Física Valor	5 R\$ 3.000,00
A	2041 - Realização de Eventos Culturais, Folclóricos, Tradicionalistas e Cívicos Evento Realizado	eventos	Meta Física Valor	2 R\$ 50.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 293.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0060 - Abastecimento de Água				
OBJETIVO: Estabelecer ações que envolvem a proteção das águas.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2062 - Proteger as Fontes de Água e Poços Atividade Realizada	meses	Meta Física Valor	12 R\$ 3.500,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 3.500,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0063 - Proteção ao Meio Ambiente				
OBJETIVO: Ações de proteção do meio ambiente.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2063 - Serviços de Licenciamento Ambiental Serviços Realizados	meses	Meta Física Valor	12 R\$ 17.000,00
A	2064 - Preservação de Áreas de Preservação Permanente - APP Atividade Mantida	meses	Meta Física Valor	12 R\$ 3.000,00
A	2065 - Plano de Saneamento Básico. Atividade Mantida	meses	Meta Física Valor	12 R\$ 1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 21.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0072 - Mecanização Agrícola				
OBJETIVO: Execução e desenvolvimento das operações agrícolas por meio da utilização de máquinas, implementos e outras ferramentas mecânicas.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2042 - Manutenção de Máquinas e Implementos Agrícolas	máquinas	Meta Física	20
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 30.000,00
P	1019 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	equipamen	Meta Física	1
	Máquinas e Equipamentos	to	Valor	R\$ 136.146,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 166.146,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0078 - Desenvolvimento da Agricultura				
OBJETIVO: Coordenar a política agrícola do Município.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2008 - Manutenção Serviços da Agricultura	meses	Meta Física	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 706.000,00
P	1021 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Agricultura	Un.	Meta Física	2
	Equipamento Adquirido		Valor	R\$ 5.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 711.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0094 - Promoção do Turismo				
OBJETIVO: Incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade turística no município; zelar pelo patrimônio paisagístico e turístico; implementar ações que visem ao permanente controle da qualidade dos bens e serviços turísticos.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2022 - Manutenção e Desenvolvimento do Turismo	meses	Meta Física	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 4.300,00
P	1017 - Participação, Apoio e Realização de Eventos Turísticos	eventos	Meta Física	1
	Evento Apoiado/Realizado		Valor	R\$ 3.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 7.300,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0096 - Promoção do Comércio				
OBJETIVO: Realizar campanha com objetivo de reduzir a sonegação de impostos e aumentar a arrecadação de impostos do Município através da troca de notas fiscais por cautelas que concorrerão ao sorteio de prêmios.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
P	1045 - Minha Nota Vale Prêmios	meses	Meta Física	12
	Premiação concedida		Valor	R\$ 20.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 20.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0108 - Apoio Administrativo ao Poder Executivo				
OBJETIVO: Garantir o funcionamento das atividades de apoio administrativo de todos os órgãos da Administração Municipal.				
melhor qualidade ao gasto público otimizando as tarefas executadas pelo aparato de apoio administrativo.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 397.000,00
A	2021 - Manutenção dos Serviços de Controle Interno Equipamento Adquirido	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 116.500,00
A	2034 - Manutenção da Procuradoria Jurídica Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 67.500,00
A	2035 - Publicidade Legal e Institucional do Poder Executivo Entidade Apoiada	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 20.000,00
A	2036 - Manutenção da Assessoria de Captação de Recursos Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 42.000,00
P	1002 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Gabinete do Prefeito Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	2
			Valor	R\$ 2.200,00
P	1003 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Controle Interno Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	2
			Valor	R\$ 2.200,00
A	2004 - Manutenção da Secretaria Municipal Administração Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 1.321.598,29
P	1004 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria Municipal da Administração Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	5
			Valor	R\$ 10.000,00
A	2005 - Manutenção Secretaria Municipal da Fazenda Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 540.500,00
P	1010 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria Municipal da Fazenda Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	3
			Valor	R\$ 7.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 2.526.498,29

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0109 - Subvenções Econômicas				
OBJETIVO: Ajuda financeira a entidades privadas com fins lucrativos, bonificação a produtores, distribuidores e vendedores necessárias à promoção e desenvolvimento da indústria, comércio e serviços.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
OE	0005 - Apoio a Empresas Empresa Apoiada	empresas	Meta Fisica	1
			Valor	R\$ 985.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 985.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
 Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0110 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica				
OBJETIVO: Criar as condições imprescindíveis para garantir uma educação básica de qualidade; viabilizar o atendimento educacional de crianças de 0 a 5 anos; universalizar o ensino fundamental; ampliar a oferta de ensino médio; garantir atendimento educacional a pessoas portadoras de necessidades educativas especiais; qualificar a oferta da educação de jovens e adultos; garantir condições físicas e de segurança para as escolas municipais; assegurar equipamentos e material didático-pedagógico para as escolas municipais; melhorar a gestão dos recursos humanos das escolas municipais; qualificar a gestão do sistema municipal de ensino.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2006 - Manutenção da Educação Infantil Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 1.421.000,00
P	1005 - Equipamentos e Material Didático-Pedagógico para a Educação Infantil Equipamento Adquirido	Un.	Meta Física	10
			Valor	R\$ 5.000,00
P	1006 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEIs Escola Reformada	prédio	Meta Física	1
			Valor	R\$ 30.000,00
P	1035 - Equipamentos e Material Permanente para Educação Infantil Equipamento Adquirido	Un.	Meta Física	15
			Valor	R\$ 30.000,00
A	2007 - Manutenção Ensino Fundamental Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 1.359.000,00
P	1008 - Equipamentos e Material Didático-Pedagógico para o Ensino Fundamental Equipamento Adquirido	Un.	Meta Física	10
			Valor	R\$ 5.000,00
P	1009 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEFs Escola Reformada	prédio	Meta Física	1
			Valor	R\$ 30.000,00
P	1034 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Ensino Fundamental Equipamento Adquirido	Un.	Meta Física	15
			Valor	R\$ 30.000,00
A	2003 - Saldo do Exercício Anterior - FUNDEB Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 2.000,00
A	2017 - Manutenção Ensino Médio Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 500,00
A	2309 - Aquisição Materiais e Serviços CONSISA Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 1.000,00
A	2409 - Aquisição Materiais e Serviços CISCAI Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 15.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 2.928.500,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0111 - Transporte Escolar				
OBJETIVO: Assegurar a frequência dos educandos à escola, mediante a garantia de condições de acesso aos estabelecimentos escolares através de meio de transporte adequados.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2037 - Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil - Creche Atividade Mantida	alunos	Meta Física	9
			Valor	R\$ 30.000,00
A	2038 - Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil - Pré-Escola Atividade Mantida	alunos	Meta Física	9
			Valor	R\$ 30.000,00
A	2028 - Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental Atividade Mantida	alunos	Meta Física	106
			Valor	R\$ 221.500,00
A	2030 - Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio Atividade Mantida	alunos	Meta Física	37
			Valor	R\$ 124.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 405.500,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0112 - Alimentação Escolar				
OBJETIVO: Garantir aos educandos o oferecimento de merenda escolar de qualidade.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2039 - Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil - Creche Atividade Mantida	alunos	Meta Física	106
			Valor	R\$ 73.000,00
A	2040 - Manutenção da Alimentação Escolar Educação Infantil - Pré-Escola Atividade Mantida	alunos	Meta Física	53
			Valor	R\$ 55.000,00
A	2027 - Alimentação Escolar Ensino Fundamental Atividade Mantida	alunos	Meta Física	119
			Valor	R\$ 94.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 222.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0113 - Assistência ao Aluno de Ensino Técnico				
OBJETIVO: Viabilizar o acesso dos munícipes ao ensino técnico/profissional, com vistas à formação de recursos humanos e estratégicos para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do Município.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
OE	0007 - Apoio Financeiro a Estudantes Atividade Mantida	alunos	Meta Física	2
			Valor	R\$ 4.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 4.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0114 - Apoio aos Produtores Rurais				
OBJETIVO: Proporcionar sustentabilidade das propriedades rurais, proporcionando o bem estar das famílias rurais, evitando êxodo rural.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2043 - Assistência Técnica e Prestação de Serviços aos Produtores Rurais	produtor	Meta Física	483
	Assistência Realizada		Valor	R\$ 67.000,00
OE	0010 - Apoio Financeiro aos Produtores Agricultores Apoiados	produtor	Meta Física	483
			Valor	R\$ 280.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 347.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0117 - Gestão Pública da Secretaria de Meio Ambiente				
OBJETIVO: Estabelecer ações que disciplinam e orientam os procedimentos envolvendo a Secretaria de Meio Ambiente.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2010 - Manutenção do Meio Ambiente	meses	Meta Física	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 103.000,00
P	1062 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Secretaria do Meio Ambiente	Un.	Meta Física	2
	Equipamento Adquirido		Valor	R\$ 3.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 106.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0118 - Resíduos Sólidos				
OBJETIVO: Estabelecer ações que conscientizam, disciplinam e orientam os procedimentos envolvendo os resíduos sólidos				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2058 - Recolhimento de Lixo Doméstico	meses	Meta Física	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 233.000,00
A	2059 - Campanha de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva de Lixo	campanha	Meta Física	1
	Campanha Realizada		Valor	R\$ 1.000,00
A	2060 - Recolhimento e Destinação de Resíduos Especiais e Perigosos	meses	Meta Física	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 2.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 236.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0119 - Educação Ambiental				
OBJETIVO: Fomentar e estabelecer ações que conscientizam, educam, disciplinam e orientam a população do Município.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2061 - Campanhas de Conscientização de Educação Ambiental	Campanha	Meta Física	1
	Campanhas Realizadas		Valor	R\$ 5.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 5.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0120 - Gestão Pública da Secretaria de Obras, Viação e Trânsito				
OBJETIVO: Proporcionar serviços essenciais de obras públicas visando o desenvolvimento urbano e rural.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2012 - Manutenção Secretaria Obras, Viação e Trânsito	meses	Meta Fisica	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 1.436.000,00
P	1025 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Secretaria de Obras, Viação e Trânsito	Un.	Meta Fisica	3
	Equipamento Adquirido		Valor	R\$ 5.000,00
A	2067 - Construção/Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública	meses	Meta Fisica	12
	Atividade Mantida		Valor	R\$ 100.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 1.541.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0121 - Infraestrutura Viária				
OBJETIVO: Melhorar a infraestrutura viária rural e urbana.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
A	2068 - Manutenção das Estradas	meses	Meta Fisica	12
	Estrada Mantida		Valor	R\$ 300.000,00
A	2069 - Canalização de Ruas	km	Meta Fisica	2
	Ruas Canalizadas		Valor	R\$ 35.000,00
A	2070 - Recuperação e Manutenção de Pavimentações	km	Meta Fisica	7
	Recuperar e manter		Valor	R\$ 150.000,00
P	1036 - Pavimentação de Ruas do Município - ZONA RURAL	km	Meta Fisica	0,9
	Pavimentação Realizada		Valor	R\$ 1.023.500,00
P	1066 - Pavimentação de Ruas do Município - ZONA URBANA	km	Meta Fisica	0,35
	Pavimentação Realizada		Valor	R\$ 767.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 2.275.500,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0122 - Modernização do Parque Viário				
OBJETIVO: Renovar a frota de veículos, máquinas e outros equipamentos utilizados pela Secretaria de Obras.				
TIPO (*)	Ação	Unidade de Medida		2020
	Produto			
P	1029 - Aquisição de Equipamentos de Oficina	Un.	Meta Fisica	3
	Oficina Equipada		Valor	R\$ 5.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 5.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0123 - Gestão Pública da Secretaria de Assistência Social.				
OBJETIVO: Planejar e organizar ações de Assistência Social com objetivo de promover cidadania e inclusão.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2032 - Manutenção da Secretaria Assistência Social Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 10.000,00
P	1041 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Secretaria Assistência Social Equipamentos Adquiridos	Un.	Meta Física	1
			Valor	R\$ 1.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 11.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0124 - Manutenção do Cofinanciamento Federal e/ou Serviços e Programas Assistenciais				
OBJETIVO: Prestar atendimento às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2072 - Bloco Gestão do SUAS Bloco Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 8.800,00
A	2073 - Bloco Gestão do Bolsa Família Bloco Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 18.160,00
A	2074 - Bloco de Proteção Social Básica Bloco Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 156.500,00
A	2075 - Bloco Proteção Social Especial de Média Complexidade Bloco Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 1.550,00
A	2076 - Programa Proteção Social Básica - Estadual - FEAS Programa Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 7.900,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 192.910,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0125 - Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS				
OBJETIVO: Prestar atendimento às famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2011 - Manutenção da Assistência Social - CRAS Atividade Mantida	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 344.000,00
A	2081 - Manutenção Programa Proteção Especial à Pessoa Portadora de Deficiência Programa Mantido	meses	Meta Física	12
			Valor	R\$ 26.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 370.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0126 - Programa Municipal de Atendimento Socioeducativo				
OBJETIVO: Atender ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2082 - Manutenção do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 2.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 2.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0127 - Atenção Básica				
OBJETIVO: Ações que abrangem a proteção e promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento a reabilitação e manutenção da saúde.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
P	1022 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de UBS UBS	%	Meta Fisica	10
			Valor	R\$ 15.000,00
P	1052 - Equipamentos - Unidade Básica de Saúde Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica	5
			Valor	R\$ 15.000,00
A	2009 - Manutenção dos Serviços de Atenção Básica Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 2.586.872,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 2.616.872,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0128 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial - Média e Alta Complexidade				
OBJETIVO: Propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2086 - Atenção à Saúde Proc. Média e Alta Complexidade Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 450.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 450.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0129 - Assistência Farmacêutica				
OBJETIVO: Conjunto de ações que objetivam o uso racional dos medicamentos e manutenção da efetividade e segurança do tratamento.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2083 - Manutenção da Farmácia Pública Municipal Atividade Mantida	meses	Meta Fisica	12
			Valor	R\$ 400.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 400.000,00

(*) Tipo: P - Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

PROGRAMA: 0130 - Vigilância em Saúde				
OBJETIVO: Ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
P	1069 - Equipamentos - Vig. Sanitária Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica Valor	2 R\$ 7.000,00
P	1070 - Equipamentos - Vig. Epidemiológica Equipamento Adquirido	Un.	Meta Fisica Valor	1 R\$ 1.000,00
A	2084 - Manut. Da Exec. Ações de Vig. Sanitária Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 5.050,00
A	2085 - Manut. Da Exec. Ações de Vig. Epidemiológica Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 17.000,00
A	2087 - Manut. Do Enfrentamento Coronavírus (Covid-19) Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 30.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 60.050,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0131 - Participação em Consórcio Público - Contrato de Rateio				
OBJETIVO: Participação em Consórcios Públicos para prestação de serviços de saúde.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
A	2109 - Manutenção Serviços Saúde por Consórcio - CONSISA Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 35.000,00
A	2209 - Manutenção Serviços Saúde por Consórcio - CISCAL Atividade Mantida	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 9.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 44.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 0132 - Assistência ao Idoso				
OBJETIVO: Assistência ao idoso				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
P	1071 - Reforma Antigo Hospital Reforma Realizada	1 prédio	Meta Fisica Valor	1 R\$ 400.000,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 400.000,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária

PROGRAMA: 9999 - Reserva de Contingência				
OBJETIVO: Fazer uma reserva financeira.				
TIPO (*)	Ação Produto	Unidade de Medida		2020
	9998 - Reserva de Contingência - Emendas Individuais Emendas Individuais	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 237.500,00
	9999 - Reserva de Contingência Imprevistos Amenizados	meses	Meta Fisica Valor	12 R\$ 284.700,00
TOTAL DO PROGRAMA =====>				R\$ 522.200,00

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE - Operação Especial NO - Não-Orçamentária



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

MUNICÍPIO DE: POÇO DAS ANTAS								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2021								
ANEXO IV								
RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO								
(Art. 45 da LRF)								
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	INÍCIO DA EXECUÇÃO	VALOR DO PROJETO CFE PPA 2018/2021	EXECUÇÃO %			RECURSOS PRIORIZADOS PARA 2021		
			ATÉ EXERC ANTERIOR - 2019	NO EXERCÍCIO DE 2020	A EXECUTAR EM 2021	PROJETOS EM EXECUÇÃO	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	NOVOS PROJETOS
P 001 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Legislativo	2018	61.515,00	19,90%	19,51%	19,46%	11.970,08		
P 044 - Adequação ao Projeto de Prevenção Contra Incêndio nos Prédios Públicos - PPCI	2018	200.000,00	5,97%	2,13%	5,00%	10.000,00		
P 068 - Construção de Prédio Industrial		65.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 064 - Instalação de Câmeras de Monitoramento	2019	40.000,00	28,32%	316,25%	50,00%	20.000,00		
P 011 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secret. De Educação	2019	10.210,00	9,01%	41,14%	21,55%	2.200,00		
P 031 - Construção de Academia de Ginástica ao Ar Livre nas Comunidades	2021	100.000,00	0,00%	0,00%	90,00%			90.000,00
P 067 - Construção de Infraestrutura Esportiva	2019	821.618,27	78,43%	21,57%	0,00%			
P 061 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Desenvolvimento da Cultura	2018	40.841,00	15,18%	7,35%	7,35%	3.000,00		
P 014 - Implantação Centro Cultural/Biblioteca/Museu		100.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 048 - Construção Parque de Eventos		200.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
A 062 - Proteger as Fontes de Água e Poços	2020	25.526,00	0,00%	13,71%	13,71%		3.500,00	
A 064 - Preservação de Áreas de Preservação Permanente - APP	2020	23.205,00	0,00%	12,93%	12,93%		3.000,00	
A 042 - Manutenção de Máquinas e Implementos Agrícolas	2018	51.051,00	39,59%	47,01%	58,76%		30.000,00	
P 019 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	2018	375.000,00	347,76%	0,00%	36,30%			136.146,00
P 021 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Agricultura	2018	30.631,00	19,89%	140,38%	16,32%	5.000,00		
P 020 - Construção de Espaço para Feira do Produtor e Artesanato		80.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 063 - Instalação/Ampliação de Rede de Telefone e Internet	2020	30.000,00	0,00%	673,92%	0,00%			
P 002 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Gabinete do Prefeito	2018	10.210,00	5,82%	21,55%	21,55%	2.200,00		
P 003 - Equipamentos e Materiais Permanentes para o Controle Interno	2020	10.210,00	0,00%	21,55%	21,55%	2.200,00		
P 004 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria Municipal da	2018	76.577,00	102,12%	7,18%	13,06%	10.000,00		
P 015 - Reforma Prédio Centro Administrativo	2018	200.000,00	166,79%	0,00%	0,00%			
P 010 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria Municipal da Fazenda	2018	15.315,00	388,77%	45,71%	45,71%	7.000,00		
P 005 - Equipamentos e Material Didático-Pedagógico para a Educação Infantil	2018	25.525,00	61,43%	19,59%	19,59%	5.000,00		
P 006 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEIS	2018	240.000,00	47,81%	34,23%	12,50%		30.000,00	
P 035 - Equipamentos e Material Permanente para Educação Infantil	2018	20.420,00	162,62%	122,43%	146,91%	30.000,00		
P 008 - Equipamentos e Material Didático-Pedagógico para o Ensino Fundamental	2019	66.718,00	9,65%	17,99%	7,49%	5.000,00		
P 009 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de EMEFS	2018	300.000,00	117,40%	17,61%	10,00%		30.000,00	



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Poço das Antas

CNPJ: 91.693.333/0001-07 Fone: (51)3773-1122 Av. São Pedro, 1213
Site: www.pocodasantas.rs.gov.br E-mail: prefeitura@pocodasantas.rs.gov.br

P 013 - Construção de Ginásio Poliesportivo		500.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 034 - Equipamentos e Material Permanente para Ensino Fundamental	2018	56.718,00	220,39%	56,42%	52,89%	30.000,00		
P 007 - Aquisição de Veículos para Transporte Escolar	2018	240.000,00	62,01%	0,00%	0,00%			
P 052 - Equipamentos - Unidade Básica de Saúde	2018	161.261,00	106,32%	4,06%	9,30%	15.000,00		
P 022 - Construção, Ampliação, Melhoria e Reforma de UBS	2020	200.000,00	0,00%	6,00%	7,50%		15.000,00	
P 023 - Aquisição de Veículo para UBS	2019	150.000,00	113,33%	0,00%	0,00%			
P 069 - Equipamentos Vig. Sanitária	2020	7.000,00	100,00%	100,00%	100,00%	7.000,00		
P 070 - Equipamentos Vig. Epidemiológica	2019	1.000,00	88,90%	100,00%	100,00%	1.000,00		
P 062 - Equipamentos e Materiais Permanentes para a Secretaria do Meio Ambiente	2018	20.420,00	50,46%	14,69%	14,69%	3.000,00		
P 025 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Secretaria de Obras, Viação e	2018	25.526,00	30,61%	21,55%	19,59%	5.000,00		
P 026 - Ampliação, Melhoria e Reforma do Pavilhão da Sec. De Obras		20.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
A 068 - Manutenção das Estradas	2018	807.765,00	95,30%	42,52%	37,14%		300.000,00	
A 069 - Canalização de Ruas	2018	429.408,00	19,62%	11,16%	8,15%		35.000,00	
A 070 - Recuperação e Manutenção de Pavimentações	2018	408.408,00	23,57%	41,32%	36,73%		150.000,00	
P 066 - Pavimentação de Ruas do Município - ZONA URBANA	2018	915.236,00	86,48%	226,35%	83,80%			767.000,00
P 036 - Pavimentação de Ruas do Município - ZONA RURAL	2018	1.080.000,00	29,73%	71,14%	94,77%			1.023.500,00
P 065 - Construção de Pontes e Pontilhões	2018	580.000,00	19,23%	0,00%	0,00%			
P 040 - Construção de Pórticos		50.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 027 - Aquisição de Veículos Pesados		600.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 028 - Aquisição de Veículos Leves		60.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 029 - Aquisição de Equipamentos de Oficina	2019	76.577,00	0,00%	6,53%	6,53%	5.000,00		
P 030 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		76.577,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 041 - Equipamentos e Materiais Permanentes para Secretaria Assistência Social	2019	10.210,00	0,00%	4,90%	9,79%	1.000,00		
P 043 - Construção de Cemitério Público Municipal		80.000,00	0,00%	0,00%	0,00%			
P 071 - Reforma Antigo Hospital	2020	25.200,00	0,00%	100,00%	1587,30%			400.000,00
Total dos Recursos a Priorizar						180.570,08	596.500,00	2.416.646,00